BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75
Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Ouvidoria: 0800 702 7041

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco CNH Industrial Capital S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao primeiro semestre de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem como missão a promoção de financiamentos que fomentam a venda de máquinas e equipamentos produzidos pelas empresas do grupo CNH Industrial e de acordo com suas políticas de crédito.

O Banco CNH Industrial Capital S.A., em atendimento às exigências da Resolução nº 4.557/17 do CMN, e Circular nº 3.930 do Banco Central do Brasil, implementou, após a aprovação pelo *Board*, as políticas institucionais e a estrutura de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital. Detalhes sobre a estrutura do gerenciamento de riscos e de capital, bem como informações qualitativas e quantitativas, podem ser consultadas no site: www.cnhindustrialcapital.com.

A seguir, descrevemos um resumo de cada estrutura de risco:

A) Risco Socioambiental

Atendendo à Resolução nº 4.327/14 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. estabeleceu e o Conselho de Administração aprovou a Política de Responsabilidade Socioambiental contendo as diretrizes que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação da Instituição com suas partes interessadas. A política baseia-se nos princípios de proporcionalidade com a natureza da Instituição, a complexidade das atividades e considera também o grau de exposição ao risco socioambiental de suas atividades e operações. A estrutura de Governança da PRSA é composta pela Diretoria e Conselho de Administração; Diretor responsável pela PRSA; e áreas de gestão de Riscos e PRSA.

B) Risco Operacional

Dentro dos princípios da Resolução nº 4.557/2017 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. tem definida uma política e estrutura de gerenciamento de Riscos Operacionais (RO) aprovada pelo Conselho de Administração. A estrutura de RO prevê a participação de diferentes agentes, os quais possuem funções e responsabilidades dispostas da seguinte forma: a) Comitê de Riscos realizado trimestralmente que aborda as perdas operacionais relevantes. É composto pela Diretoria, pelos responsáveis pela gestão de RO e reportes diretos da presidência. b) Uma área de gestão de RO que se subordina diretamente à diretoria de riscos, ligada à Presidência. A estrutura formalizada na política prevê atendimento aos procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas a RO e prevê os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

Atendendo ainda ao Acordo de Basileia II o Banco CNH Industrial Capital S.A. vem gerenciando seus riscos, utilizando a abordagem básica na utilização de alocação de capital.

C) Risco de Mercado

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. define como risco de mercado com a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de flutuações no mercado de posições detidas pelo Banco.

A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado envolve um conjunto de práticas e princípios que tem por objetivo identificar, mensurar, acompanhar e controlar as exposições sujeitas às oscilações dos preços de mercado e que, consequentemente, podem originar perdas financeiras.

O atual modelo de negócio do Banco CNH Industrial Capital S.A. não inclui nem prevê o uso de instrumentos / operações financeiras relacionadas a ações e/ou mercadorias (*commodities*). As operações de derivativos contratadas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. visam, exclusivamente, o *hedge* do descasamento de prazos e indexadores do balanço do Banco, conforme Política definida pela matriz do Grupo.

As atribuições básicas na gestão de Risco de Mercado são: a) Monitorar e controlar a exposição a risco de mercado, conforme os limites estabelecidos nas políticas da Instituição; b) Recomendar, quando aplicável, alterações às políticas de gestão de Risco de Mercado; c) Identificar previamente os riscos inerentes a novas atividades e produtos; e d) Realizar simulações de condições extremas de mercado.

D) Risco de Crédito

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui uma equipe específica para a gestão do Risco de Crédito e tem como missão, identificar, mitigar, controlar, mensurar e estimar as perdas associadas ao risco de crédito, através de um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos e processos vigentes, exigindo disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Faz parte do gerenciamento do risco de crédito: a) equipe específica de *Credit Risk Management*; b) políticas de crédito alinhadas com as normas globais do Grupo; c) modelos (*scores*) para concessão e manutenção do crédito; e d) equipe *underwriting* especializada e alçadas diferenciadas para a avaliação de cada proposta.

Para o Banco CNH Industrial Capital S.A. é de suma importância minimizar o risco e, por consequência, manter as perdas de crédito em um nível aceitável. Para tanto, executamos periodicamente desenvolvimentos, processos, análises e controles sobre toda a nossa carteira de crédito, tanto para a carteira ativa quanto para novas concessões. Dessa forma, estamos adequados às exigências dos órgãos reguladores, garantindo assim a aderência às leis e regulamentos vigentes.

E) Risco de Liquidez

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. mantém uma estrutura de gestão de Risco de Liquidez, bem como níveis adequados e suficientes de liquidez compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a esse risco. Para isso define Risco de Liquidez como:

I. A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II. A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Relativamente ao índice de Basileia, as instituições financeiras devem manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0% a 300%. Em 30 de junho de 2022, o índice de Basileia do Banco CNH Industrial Capital S.A. era de 11,53%, conforme demonstrativo de resumo de cálculo a seguir:

Patrimônio líquido exigido

Cálculo do Limite de Imobilização e Índice de Basileia - (R$K)	
Abertura do Coeficiente de Capital Regulatório	**Junho/22**
Patrimônio de referência nível I	1.770.469
Capital principal	1.770.469
Patrimônio líquido	1.770.469
Ajustes prudenciais, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN	(8.936)
Redução dos ativos diferidos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN	-
Redução dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2)	-
Patrimônio de referência de Nível II	-
Soma dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2)	-
Dívida subordinada (3)	-
Dedução dos instrumentos de captação, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2)	-
Patrimônio de referência (a)	**1.770.469**
Risco de crédito	14.452.242
Risco de mercado e IRRBB	83.478
Risco operacional	900.938
Ativo ponderado pelo risco - RWA (b) (4)	**15.436.658**
Patrimônio de referência exigido (RWA)	15.353.180
-Índice de Basileia	11,53%
-Índice de Basileia Amplo (Risco de mercado)	11,47%
Capital Nível I	11,53%
Capital principal	11,53%
Capital Nível II	**0,00%**
RAZÃO DE ALAVANCAGEM (RA)	10,40%
Margem (PR - PRE)	**542.215**
Adicional de capital principal mínimo (CP Mínimo)	383.829
Margem para verificação do adicional de capital principal	542.215
Adicional de conservação de capital principal	383.829
Adicional de contracíclico de capital principal	-
Adicional de sistêmico de capital principal	-
Margem sobre o adicional de capital principal	158.385
Percentual de restrição	-
Margem Patrimônio de Referência	**74.907**

A) GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui estrutura para o gerenciamento de capital para: a) monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição; b) avaliar as necessidades de capital considerando riscos inerentes às atividades da Instituição; e c) planejar as metas e a necessidade de capital, conforme objetivos estratégicos da Instituição.

As áreas responsáveis e envolvidas no acompanhamento e monitoramento dos itens inerentes à política e ao processo de Gerenciamento de Capital são: a) Diretoria Financeira: Responsável pelos processos e controles relativos ao gerenciamento de capital; b) FP&A: Responsável pela elaboração de projeções de Resultado e Balanço, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Banco, abrangendo o horizonte mínimo de três anos, bem como sua atualização anual; monitoramento e divulgação de impactos que possam alterar, significativamente, os cenários previamente estabelecidos, levantando possíveis riscos e/ou necessidade de revisão das estratégias contempladas no referido plano; c) Comitê de *Funding*: composto por membros das áreas de Tesouraria, Diretoria Financeira, Presidência do Banco CNH Industrial Capital S.A. e membros da tesouraria da CNH Industrial Brasil Ltda, responsável por acompanhamentos macroeconômicos e de operações financeiras. Este Comitê é responsável também por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, bem como aprovar e promover mudanças na estratégia de *Funding* do Banco.

OUVIDORIA

No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco CNH Industrial Capital S.A., atendendo ao disposto na Resolução nº 4.860/20, do CMN, implantou sua Ouvidoria, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de produtos das empresas do Grupo CNH Industrial. Dentro desse cenário, 42% do total do portfólio corresponde a operações do segmento agrícola, 10% ao segmento de construção e 20% ao segmento de veículos comerciais. O Banco CNH Industrial Capital S.A. também opera com o financiamento de estoque de concessionários, o que corresponde a 28% do portfólio.

Considerando a característica dos produtos financiados, a utilização de linhas de crédito do BNDES representa 35% do total de financiamentos da carteira.

O resultado do semestre registrou um lucro, após a dedução da provisão para o imposto de renda e contribuição social, no valor de R$ 199.260 mil.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise e classificação das operações em níveis de risco, sendo julgada, pela Administração, suficiente para a cobertura de eventuais perdas. Ao final do semestre, o saldo da provisão considerando honras e *off book* era de R$ 473.043 mil representando 3,09% do valor da carteira de operações de crédito.

Curitiba, 17 de agosto de 2022.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

ATIVO

	Notas	30/06/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		8.435.022	6.676.607
Caixa e equivalentes de caixa	4	647.555	601.451
Disponibilidades		39.011	2.194
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	608.544	599.257
Instrumentos financeiros		7.965.109	6.272.110
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		63.204	27.288
Operações de crédito	6.a	4.566.856	3.566.795
Títulos de créditos a receber	6.b	3.304.577	2.628.711
Outros ativos financeiros	7.a	30.472	49.316
Operações de arrendamento mercantil		60.952	40.547
Operações de arrendamento mercantil	6.a	60.952	40.547
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.c	(244.228)	(241.288)
Provisão para perdas em operações de crédito		(201.526)	(212.165)
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(487)	(241)
Provisão para outros ativos	6.d	(42.215)	(28.882)
Outros ativos		5.634	3.787
Despesas antecipadas	7.c	5.634	3.787
NÃO CIRCULANTE		7.624.725	7.714.439
Instrumentos financeiros		7.521.938	7.775.451
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		135.480	80.029
Operações de crédito	6.a	7.374.636	7.682.721
Títulos de créditos a receber	6.b	12	61
Outros ativos financeiros	7.a	11.810	12.640
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.a	(228.815)	(316.110)
Provisão para perdas em operações de crédito		(228.815)	(316.110)
Créditos tributários	12.b & c	270.999	230.693
Crédito tributário		270.999	230.693
Outros ativos		50.434	14.912
Outros valores e bens	7.c	50.434	14.912
Imobilizado de uso		10.191	11.963
Outras imobilizações de uso		10.191	11.963
Intangível	8	11.118	9.336
Ativos intangíveis		11.118	9.336
Depreciações e amortizações		(10.727)	(11.337)
Depreciações		(8.545)	(9.155)
Amortizações	8	(2.182)	(2.182)
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos		(413)	(469)
Provisão para desvalorizações		(413)	(469)
T o t a l		16.059.747	14.391.046

PASSIVO

	Notas	30/06/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		6.177.671	4.498.711
Depósitos e demais instrumentos financeiros		5.984.971	4.404.541
Depósitos interfinanceiros	9	1.693.453	1.159.230
Depósitos a prazo	9	1.572.292	1.055.912
Obrigação por emissão de letras de crédito do Agronegócio	10	602.569	334.634
Obrigação por emissão de letras financeiras	10	417.792	33.729
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	11	1.521.120	1.681.751
Instrumentos financeiros derivativos	20.a	6.149	26.503
Parcelas recebidas e não baixadas		69.159	7.840
Outros passivos financeiros	7.a	102.437	104.942
Obrigações fiscais	7.b	192.700	94.170
Impostos e contribuições a recolher		171.549	94.170
Obrigações fiscais diferidas		21.151	-
NÃO CIRCULANTE		8.102.672	8.326.816
Depósitos e demais instrumentos financeiros		8.007.314	8.232.257
Depósitos interfinanceiros	9	821.308	1.122.666
Depósitos a prazo	9	803.384	702.751
Obrigação por emissão de letras de crédito do Agronegócio	10	729.999	850.100
Obrigação por emissão de letras financeiras	10	1.904.004	1.260.735
Obrigações por repasses - instituições oficiais	11	3.652.604	4.195.402
Instrumentos financeiros derivativos	20.a	4.806	2.391
Outros passivos financeiros	7.a	91.209	98.912
Provisões	19	22.069	21.557
Contingências		22.069	21.557
Obrigações fiscais diferidas	7.b	73.289	73.002
Obrigações fiscais diferidas		73.289	73.002
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.779.404	1.565.519
Capital social	13	1.232.549	1.232.549
Reserva de capital		113.908	113.908
Reserva de lucros		341.137	141.877
Outros resultados abrangentes	20.b	91.810	77.185
T o t a l		16.059.747	14.391.046

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75
Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Ouvidoria: 0800 702 7041

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Notas	1º semestre de 2022	1º semestre de 2021
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		1.011.499	539.163
Operações de crédito	6.a	656.794	500.663
Operações de arrendamento mercantil	6.a	22.048	5.498
Operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	5	33.590	8.614
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	20	68.806	(34.406)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	6.a	230.261	58.794
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(578.527)	(277.903)
Captações no mercado	9&10	(412.202)	(71.553)
Empréstimos, cessões e repasses	11	(194.407)	(178.627)
Operações de arrendamento mercantil	6.a	(18.652)	(4.789)
Provisão para perdas com créditos	6.a	46.734	(22.934)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		432.972	261.260
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(72.915)	(57.931)
Receitas de prestação de serviços		5.166	3.391
Despesas de pessoal		(25.622)	(19.229)
Outras despesas administrativas	14	(39.314)	(29.801)
Despesas tributárias		(18.253)	(12.139)
Outras receitas operacionais	15	8.285	6.428
Outras despesas operacionais	16	(3.177)	(6.581)
RESULTADO OPERACIONAL		360.057	203.329
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		1.381	5.714
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E AS PARTICIPAÇÕES		361.438	209.043
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12	(159.561)	(88.956)
Imposto de renda corrente		(106.083)	(41.382)
Contribuição social corrente		(84.517)	(32.860)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		31.039	(14.714)
Participação estatutária no lucro		(2.617)	(2.812)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		199.260	117.275
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas		0,16	0,12

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	1º semestre de 2022	1º semestre de 2021
Lucro líquido	199.260	117.275
Itens que serão reclassificados para o resultado		
Outros resultados abrangentes	14.625	52.171
Ajustes de avaliação patrimonial	14.625	52.171
Variação de valor justo	26.796	94.857
Efeito fiscal	(12.171)	(42.686)
Total do resultado abrangente	213.885	169.446

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

	1º semestre de 2022	1º semestre de 2021
1 - RECEITAS	1.073.082	532.570
Intermediação financeira	1.011.499	539.163
Prestação de serviços	5.166	3.391
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	46.734	(22.934)
Outras receitas operacionais	8.285	6.428
Outras receitas não operacionais	1.398	6.522
2 - DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(625.261)	(254.969)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(40.575)	(35.812)
Materiais, energia e outros	(83)	(39)
Serviços de terceiros	(6.124)	(4.529)
Outras despesas administrativas	(31.175)	(23.855)
Outras despesas operacionais	(3.177)	(6.581)
Outras despesas não operacionais	(16)	(808)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2+3)	407.246	241.789
5 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(1.493)	(1.182)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4+5)	405.753	240.607
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	-	-
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)	405.753	240.607
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	23.254	17.903
Remuneração direta	18.435	15.787
Benefícios	3.158	695
F.G.T.S	1.661	1.421
Impostos, taxas e contribuições	182.802	105.233
Federais	182.285	104.915
Estaduais	87	92
Municipais	430	226
Remuneração de capitais de terceiros	439	196
Aluguéis	439	196
Remuneração de capitais próprios	199.258	117.275
Lucros retidos	199.258	117.275
Total	405.753	240.607

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

	1º semestre de 2022	1º semestre de 2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido	199.260	117.275
Ajustes ao lucro líquido	(250.338)	33.073
Depreciações e amortizações	1.492	1.182
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(46.734)	22.934
Provisão para desvalorização - bens não de uso	-	274
Provisão para contingências	2.481	5.901
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(31.039)	14.714
Aumento em resultados de exercícios futuros	(176.538)	(11.932)
Variação em ativos e passivos:	99.024	(414.609)
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários	(109.306)	(64.540)
Redução (aumento) em operações de crédito e de arrendamento	(763.333)	390.574
Redução (aumento) em outros créditos	(652.057)	(526.832)
Redução (aumento) em outros valores e bens	(37.716)	(8.545)
Aumento (redução) em depósitos	849.878	(182.609)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimo e repasses	(703.430)	(1.065.812)
Aumento (redução) em outras obrigações	353.099	90.287
Aumento (redução) em impostos pagos	(27.902)	(23.779)
Aumento (redução) em captação no mercado aberto	1.175.166	924.476
Aumento (redução) em ajuste ao valor de mercado T.V.M.	14.625	52.171
Caixa líquido originado em atividades operacionais	47.946	(264.261)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Alienação (aquisição) em imobilizado de uso	903	104
Alienação (aquisição) de bens não de uso próprio	291	20.416
Alienação (aquisição) de investimentos	(21)	(9)
Aplicação (baixa) no ativo intangível	(3.014)	(781)
Caixa liquido originado (aplicado) em atividades de investimento	(1.841)	19.730
Aumento (redução) líquido de caixa e equivantes de caixa	46.105	(244.531)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	601.450	858.127
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	647.555	613.596
Aumento (redução) liquido de caixa e equivantes de caixa	46.105	(244.531)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social realizado	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros / prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		972.549	113.908	332.906	-	(24.493)	1.394.870
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	52.171	52.171
Lucro líquido no semestre		-	-	-	117.275	-	117.275
Destinações:							
Reserva legal		-	-	5.864	(5.864)	-	-
Reserva outras		-	-	111.411	(111.411)	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021		972.549	113.908	450.181	-	27.678	1.564.316
Mutações do semestre		-	-	117.275	-	52.171	169.446
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		1.232.549	113.908	141.877	-	77.185	1.565.519
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	14.625	14.625
Lucro líquido do semestre		-	-	-	199.260	-	199.260
Destinações:							
Reserva legal		-	-	9.963	(9.963)	-	-
Reserva outras		-	-	189.297	(189.297)	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022		1.232.549	113.908	341.137	-	91.810	1.779.404
Mutações do semestre		-	-	199.260	-	14.625	213.885

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco") foi constituído em 9 de novembro de 1998 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 4 de janeiro de 1999. Suas atividades operacionais tiveram início em 5 de abril de 1999. Está constituído sob a forma de banco múltiplo e autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil. Está sediado na Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 na Cidade Industrial de Curitiba.

O Banco faz parte do Grupo CNH Industrial Capital ("Grupo") e tem como missão a promoção de financiamentos que fomentem a venda de máquinas e equipamentos produzidos pelo Grupo, de acordo com sua política de crédito.

Atualmente as operações do Banco são realizadas através das linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), crédito ao consumidor - CDC, operações de arrendamento mercantil e empréstimo de capital de giro.

Desde janeiro de 2014, o Banco CNH Industrial Capital S.A. presta também serviços financeiros à marca Iveco. A partir de 1º de dezembro de 2021, após cisão da Iveco em relação ao grupo CNH Industrial, os financiamentos de veículos comerciais e geradores aos clientes e rede de concessionárias Iveco e FPT, são prestados através de contratos de parceria estabelecidos com a On-Highway Brasil Ltda. e a FPT Industrial Brasil Ltda.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN.

Adicionalmente, a partir de agosto de 2020 foram incluídas nas demonstrações contábeis as alterações advindas da Resolução BCB nº 2/2020. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram as contas do Balanço Patrimonial, estão apresentadas em circulante e não circulante; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A diretoria autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras em 17 de agosto de 2022.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

(a) Pronunciamento conceitual básico (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
(b) CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
(c) CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
(d) CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa – homologado pela Resolução nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/2020;
(e) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
(f) CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
(g) CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
(h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
(i) CPC 24 – Contabilização e Divulgação de Eventos Subsequentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
(j) CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
(k) CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
(l) CPC 33 – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.
(m) CPC 41 – Resultado por ação - homologado pela Resolução nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/2020.
(n) CPC 46 – Mensuração do valor justo - homologado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Em novembro de 2021, foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que Banco CNH Industrial Capital S.A., iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "*pro rata*" dia.

b) Fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa o Banco utiliza o método indireto segundo qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos:

(I) Das transações que não envolvem caixa;
(II) De quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e
(III) De itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento / resgate original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, na data da contratação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

d) Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado; títulos disponíveis para a venda - avaliados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("*hedge*") podem ser classificados como:

I - "*hedge*" de risco de mercado; e
II - "*hedge*" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "*hedge*" e os respectivos objetos de "*hedge*" são ajustados a valor de mercado, observado o seguinte:

1. Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no exercício; e
2. Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de *swap* são avaliados e o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados em receita ou despesa "*pro rata*" até a data do balanço.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de dados específicos e, em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

Mensuração do valor justo

A determinação do valor justo de um ativo ou passivo financeiro pode prever o uso de três classificações quanto ao tipo de informação utilizada para avaliação, as quais são chamados níveis de hierarquia de valor justo, a saber:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis significativos).

e) Provisão para perdas em operações de crédito

A provisão para perdas em operações de crédito, avais e fianças e de arrendamento mercantil foi constituída com base na análise individual dos créditos a receber, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo considerada suficiente pela Administração para a cobertura de riscos com eventuais perdas. Adicionalmente, foi observado o conteúdo da Resolução CMN nº 3.749/2009, que estabelece critérios para a classificação de operações de crédito rural, objeto de renegociação.

f) Bens não de uso próprio

Está representado por bens não de uso próprio do Banco, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário.

g) Arrendamento mercantil

As depreciações sobre os bens arrendados são registradas, mensalmente, de forma linear com base nos respectivos prazos usuais de vida útil, reduzidos em 30%, exceto para os contratos com pessoas físicas, que são depreciados de acordo com os prazos normais e com a legislação fiscal vigente.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "Valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil.

Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença apurada entre o valor contábil de arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, às respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superveniência ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são registrados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

De acordo com a Resolução BCB nº 02/2020, artigo 2º, §3º, as operações de arrendamento mercantil passam a ser apresentadas pelos saldos de valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato e pela provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. No cálculo do valor presente é utilizada taxa equivalente aos encargos financeiros previstos no contrato ou, quando não há previsão contratual, a taxa que equaliza o valor do bem arrendado, na data da contratação, ao valor presente de todos os recebimentos e pagamentos previstos ao longo do prazo contratual, incluindo o valor residual garantido.

h) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade e registrado pelo custo de aquisição. Está composto por direito de uso de linha de negócios adquiridos junto a terceiros, com amortização linear e de acordo com o prazo previsto em contrato de cinco anos.

i) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros ("*impairment*")

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Outros créditos - créditos tributários" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

j) Passivo circulante e Passivo não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos "*pro rata temporis*".

k) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/2009, do CMN que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

l) Provisões para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R$ 240 no exercício (R$ 120 no semestre). A contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 20%. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 21% com vigência a partir de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022.

O Banco registra imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, os quais serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas, e estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - diversos" e "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" e refletidos no resultado do exercício. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

m) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas. Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

n) Rendas de exercícios futuros

De acordo com a Resolução BCB nº 92/2021 foi extinto do COSIF, o Grupo 5 – Rendas de exercicios futuros, sendo todos os montantes do mesmo transferidos à linha de Outros Passivos, e referem-se às receitas já recebidas e subsídios da montadora que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros, sendo que já devem ser deduzidas dos custos e despesas correspondentes, incorridos ou a incorrer, incluindo rendimentos não restituíveis. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos "*pro rata*" dia.

o) Lucro líquido por lote de mil ações

O lucro líquido (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações da controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver.

O lucro líquido (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do resultado ajustado atribuído aos detentores de ações da controladora pela: (a) quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício; e (b) mais a quantidade de ações que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações.

p) Resultados recorrentes / não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que:

I - Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; e
II - Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 23.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades	39.011	2.194
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	608.544	599.257
Total	647.555	601.451

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	30/06/2022		31/12/2021
Título	**Circulante até 3 meses**	**Total**	**Total**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	152.548	152.548	101.059
Operações compromissadas	455.996	455.996	498.198
Total	608.544	608.544	599.257

Em 30 de junho de 2022, o Banco apurou uma receita com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, no montante de R$ 33.590 (R$ 8.614 em 2021).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:

	30/06/2022	31/12/2021
Ativo circulante		
Repasses no país - BNDES FINAME	1.580.116	1.728.845
Empréstimos e financiamentos	2.986.740	1.837.950
Arrendamento mercantil	60.952	40.547
Provisão para perdas em operações de crédito	(201.526)	(212.165)
Provisão para perdas em arrendamento mercantil	(487)	(241)
Subtotal	4.425.795	3.394.936
Ativo não circulante		
Repasses no país - BNDES FINAME	3.624.943	4.159.113
Empréstimos e financiamentos	3.749.693	3.523.608
Provisão para perdas em operações de crédito	(228.815)	(316.110)
Subtotal	7.145.821	7.366.611
Total	11.571.616	10.761.547

Receita (despesa) de operações de crédito e de arrendamento mercantil	30/06/2022	30/06/2021
Operações de crédito	656.794	500.663
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	230.261	58.794
Receita de operações de arrendamento mercantil	22.048	5.498
Despesa de operação de arrendamento mercantil	(18.652)	(4.789)
Provisão para perdas com créditos	46.734	(22.934)
Total	937.185	537.232

b) A composição da carteira de operações de crédito, de arrendamento mercantil, devedores por compra de valores e bens e avais e fianças honrados, por tipo de cliente e atividade econômica é como segue:

	30/06/2022	31/12/2021
SETOR PRIVADO		
Rural	6.520.638	7.072.845
Indústria	380.843	295.944
Comércio	3.429.282	2.526.104
Serviços	4.972.772	3.844.369
Pessoa física	3.498	2.196
Órgão público	-	177.377
Total da carteira	15.307.033	13.918.835

	30/06/2022	31/12/2021
Ativo circulante		
Operações de crédito (6.a)	4.566.856	3.566.795
Valor presente das operações de arrendamento mercantil (6.a)	60.952	40.547
Devedores por compra de valores e bens	3.304.577	2.628.711
Subtotal	7.932.385	6.236.053
Ativo não circulante		
Operações de crédito (6.a)	7.374.636	7.682.721
Devedores por compra de valores e bens	12	61
Subtotal	7.374.648	7.682.782
Total da carteira	15.307.033	13.918.835

c) Apresentação da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, devedores por compra de outros valores e bens e avais e fianças honrados, de acordo com os níveis de risco

Nível de risco	jun/22						dez/21	
	Em curso normal		Vencidos		Total	Total	Total	Total
	Operações	Provisões	Operações	Provisões	Operações	Provisões	Operações	Provisões
AA	1.754.463	-	-	-	1.754.463	-	1.663.713	-
A	7.021.070	35.105	-	-	7.021.070	35.105	5.883.627	29.418
B	3.014.521	30.145	101.017	1.010	3.115.538	31.155	3.274.520	32.745
C	1.915.025	57.451	221.672	6.650	2.136.697	64.101	1.971.588	59.147
D	668.551	66.855	127.851	12.785	796.402	79.640	565.598	56.560
E	214.527	64.358	48.978	14.694	263.505	79.052	221.995	66.599
F	4.416	2.208	43.207	21.603	47.623	23.811	33.799	16.899
G	4.638	3.246	33.878	23.714	38.516	26.961	26.556	18.589
H	32.637	32.637	100.581	100.581	133.218	133.218	277.439	277.441
Total	14.629.848	292.006	677.184	181.037	15.307.033	473.043	13.918.835	557.398

d) Provisão para títulos e créditos a receber

Provisão para títulos e créditos a receber - outros ativos	30/06/2022	31/12/2021
Títulos e créditos a receber	3.304.589	2.628.772
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de outros ativos	(42.215)	(28.882)
Total	3.262.374	2.599.890

e) Movimentação da provisão para perdas com crédito

A movimentação da provisão para perdas com créditos nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a qual inclui, além das operações de crédito, as operações de arrendamento mercantil, é como segue:

	30/06/2022	31/12/2021
	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas
Saldo no início do semestre	557.398	371.409
Complemento reversão da provisão para perdas com créditos	(46.734)	274.924
Parcela baixada (compensação como prejuízo)	(37.621)	(88.935)
Saldo final	473.043	557.398

Os créditos recuperados no semestre somaram R$ 19.724 (R$ 40.235 em 2021) e os créditos renegociados somaram R$ 397.407 (R$ 328.010 em 2021).

f) Concentração de risco de crédito

	30/06/2022	%	31/12/2021	%
Maiores Devedores				
10 maiores devedores	1.205.101	8%	960.974	7%
20 seguintes maiores devedores	1.326.127	9%	897.559	6%
50 seguintes maiores devedores	1.692.863	11%	1.181.588	9%
100 seguintes maiores devedores	1.379.282	9%	1.195.452	9%
200 seguintes maiores devedores	1.262.503	8%	1.173.664	8%
500 seguintes maiores devedores	1.411.934	9%	1.354.270	10%
Acima dos 500 maiores devedores	7.029.223	46%	7.155.328	51%
Total	15.307.033	100%	13.918.835	100%

7. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Outros ativos e passivos financeiros

	30/06/2022	31/12/2021
Outros ativos financeiros – circulante		
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 17)	4.973	4.561
Imposto a compensar	423	17.706
Participações pagas antecipadamente	-	1.997
Outros (I)	25.076	25.052
Total	30.472	49.316
Outros ativos financeiros – não circulante		
Devedores de depósito em garantia	10.867	11.721
Imposto a compensar	3	-
Outros investimentos	940	919
Total	11.810	12.640
Outros passivos financeiros – circulante		
Valores a pagar – sociedades ligadas (Nota 17)	4.766	-
Sociais e estatutárias	5.557	11.625
Provisão para pagamentos a efetuar	7.004	6.888
Despesas de pessoal	6.512	4.303
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.902	2.445
Outros passivos (II) – sociedades ligadas (Nota 17)	36.707	35.588
Outros passivos (II) – terceiros	39.989	44.093
Total	102.437	104.942

	30/06/2022	31/12/2021
Outros passivos financeiros - não circulante		
Outros passivos (II) – sociedades ligadas (Nota 17)	44.396	45.594
Outros passivos (II) – terceiros	45.458	51.263
Valores a pagar – sociedades ligadas (Nota 17)	1.355	1.355
Total	91.209	98.212

(I) Valor a receber referente à venda de bens não de uso registrado em outros devedores diversos.

(II) Valor referente às receitas de juros recebidas antecipadamente, oriundas substancialmente da parte relacionada CNH Industrial Brasil Ltda. e On-Highway Brasil Ltda. e suas redes de concessionárias como subsídio de taxa de juros de operações de crédito, as quais são apropriadas para o resultado, conforme os prazos correspondentes dos respectivos contratos de operação de crédito.

b) Obrigações fiscais e diferidas

	30/06/2022	31/12/2021
Obrigações fiscais – circulante		
Impostos e contribuições a recolher	192.700	94.170
Total	192.700	94.170
Obrigações fiscais – não circulante		
Obrigações fiscais diferidos	73.289	73.002
Total	73.289	73.002

c) Outros valores e bens

	30/06/2022	31/12/2021
Ativo circulante		
Despesas antecipadas	5.664	3.787
Total	5.664	3.787
Ativo não circulante		
Ativos não financeiros mantidos para venda	14.208	14.912
Despesas antecipadas (I)	35.813	-
Total	50.021	14.912

(I) Refere-se substancialmente à comissão de negociação de títulos, que são amortizados de acordo com os respectivos vencimentos.

8. INTANGÍVEL

	30/06/2022	31/12/2021
Intangível	11.118	9.336
(-) Amortização acumulada de ativos intangíveis	(2.182)	(2.182)
Total	8.936	7.154

Movimentação do intangível

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	9.336	6.162
Adição / (baixa) do período	1.782	3.174
Saldo final	11.118	9.336

Movimentação da amortização

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(2.182)	(2.182)
Amortização (líquida de reversão) do período	-	-
Saldo final	(2.182)	(2.182)

9. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E A PRAZO

Título	30/06/2022						31/12/2021
	Passivo circulante		Passivo não circulante				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
CDI	952.193	741.260	821.308	-	-	2.514.761	2.281.896
CDB*	1.437	1.242.691	163.174	439.894	200.316	2.047.512	958.517
DPGE	55.825	272.339	-	-	-	328.164	800.146
Total	1.009.455	2.256.290	984.482	439.894	200.316	4.890.437	4.040.559

A taxa média verificada para as operações de depósitos interfinanceiros e a prazo no semestre foi 100,56% do CDI (100,05% em 2021). Em 30 de junho de 2022, o Banco apurou uma despesa com depósitos a prazo no montante de R$ 256.399 (R$ 43.627 em 30 de junho de 2021).

* O saldo das operações de CDB com partes relacionadas em 30 de junho de 2022 totalizam R$ 35.549 (R$132.036 em 2021) (Nota 17).

10. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE LETRAS

Título	30/06/2022			31/12/2021
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total	Total
LCA	602.569	729.999	1.332.568	1.184.734
LF	417.792	1.904.004	2.321.796	1.294.464
Total	1.020.361	2.634.003	3.654.364	2.479.198

A taxa média verificada para as operações de recursos de aceites e emissão de títulos foi 100,61% do CDI (105,49% em 2021). Em 30 de junho de 2022, o Banco apurou uma despesa com operações de recursos de aceites e emissão de títulos no montante de R$ 155.803 (R$ 27.926 em 30 de junho de 2021).

11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

	30/06/2022			31/12/2021		
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total
Obrigações por repasses - instituições oficiais						
Modalidade BNDES FINAME	1.521.120	3.652.604	5.173.724	1.681.751	4.195.402	5.877.153
Total	1.521.120	3.652.604	5.173.724	1.681.751	4.195.402	5.877.153

	30/06/2022	30/06/2021
	1º semestre	1º semestre
Despesa com empréstimo e repasse	194.407	178.627
Total	194.407	178.627

Referem-se a repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (modalidade BNDES FINAME), com vencimentos até 2030 e com encargos à taxa prefixada entre 1,1% e 14,50% ao ano ou pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) ou Taxa Fixa BNDES (TFB) e Taxa de Longo Prazo (TLP), acrescida de juros entre 2% e 6% ao ano.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do resultado de IRPJ e CSLL

	30/06/2022	30/06/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	358.821	206.231
Encargos (Imposto de renda e contribuição social) às alíquotas nominais de 25% e 20%, respectivamente	(161.469)	(92.804)
Efeito das exclusões (adições) permanentes / temporárias:	1.909	3.848
Efeito de outras adições / exclusões do semestre	(724)	(377)
Variação do diferido	635	3.804
Outros ajustes	1.997	421
Imposto de renda e contribuição social devidos	(159.561)	(88.956)

b) Composição dos créditos tributários de IRPJ e CSLL diferidos

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Provisão para perdas com créditos (a)	256.539	214.495
Provisão para perdas com Cédula de Crédito Rural (CPR)	1.048	1.060
Provisão para contingências	9.394	9.261
Provisão para desvalorização de bens não de uso	186	211
COFINS Lei nº 9.718	561	440
Outros	3.271	5.226
Total do crédito tributário	270.999	230.693
Imposto de renda diferido passivo sobre superveniência de depreciação e *hedge* de fluxo de caixa	(94.440)	(73.002)
Subtotal	(94.440)	(73.002)
Créditos tributários - líquidos	176.559	157.691

(a) O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre a provisão para créditos e liquidação duvidosa sobre os contratos de operações de crédito e de arrendamento financeiro é composto, basicamente, por parte da provisão existente de R$ 169.903 acrescida dos créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430/96 de R$ 44.592.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações e o atual cenário econômico, a Administração considera que os créditos tributários registrados em 30 de junho de 2022, atendem aos requerimentos dados pela Resolução nº 3.059/02 e Resolução nº 3.355/06 do CMN (Conselho Monetário Nacional) e serão realizados nos seguintes prazos:

Ano	jun/22	dez/21
2022	33.995	52.635
2023	59.661	62.595
2024	55.019	40.279
2025	53.461	37.830
2026	45.205	37.354
2027	23.658	-
Total	270.999	230.693

O valor presente dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, considerando a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários é de R$ 194.866 (R$ 182.069 em dezembro de 2021).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 1.232.549.485 ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 1.224.274.148 ações pertencentes à New Holland Limited com sede no Reino Unido, e 8.275.337 ações da CNH Industrial Brasil Ltda. A distribuição de dividendos está sujeita à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

O Banco realizou aumento do capital social, no montante de R$ 260.000 (emissão de 260.000.000 ações ordinárias nominativas de R$ 1,00 cada uma), conforme descrito na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2021.

b) Reserva de capital

A reserva de capital é decorrente, substancialmente, de ágio na subscrição de ações, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital social.

c) Reserva de lucros

A reserva de lucros refere-se ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal, permanecendo nesta condição até que o Conselho de Administração delibere por sua destinação definitiva, em conformidade com as disposições estatutárias. Em 30 de junho de 2022, foi constituída reserva de lucros no montante de R$ 199.260 com utilização do lucro líquido do semestre. Ademais, houve constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro, no montante de R$ 9.963.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Para a remuneração do capital aos seus acionistas, o Banco adota como prática distribuir dividendos ou pagar juros sobre capital próprio condizente com o resultado apurado no exercício.

O resultado Básico e Diluído das ações ordinárias nominativas, foi no montante de R$ 199.260 para o primeiro semestre de 2022.

Lucro Básico e Diluído por ação:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Número de ações	1.232.549.485	972.549.485
Lucro básico e diluído por ações (em R$)	0,16	0,12
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (em R$ mil)	161,67	120,59

14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	1º semestre de 2022	1º semestre de 2021
Despesas de serviços técnicos especializados (a)	(10.227)	(8.671)
Despesas de serviços de terceiros (b)	(5.944)	(4.291)
Despesas de processamento de dados	(2.207)	(2.236)
Despesas de emolumentos judiciais e cartoriais	(2.495)	(2.417)
Despesas de viagens e transportes	(1.007)	(118)
Despesas de promoções e publicidade (c)	(6.505)	(2.862)
Despesa de serviço do sistema financeiro	(3.991)	(4.041)
Despesas de amortização e depreciação	(1.492)	(1.182)
Despesas de comunicações	(141)	(143)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(2.365)	(1.761)
Outras despesas administrativas	(2.940)	(2.079)
Total	(39.314)	(29.801)

(a) Referem-se substancialmente a serviços de assessores jurídicos, no montante de R$ 7.424 (R$ 3.575 em 2021) e serviços de análise de crédito R$ 1.837 (R$ 2.227 em 2021).

(b) Referem-se substancialmente a serviços de cobrança, no montante de R$ 3.243 (R$ 2.262 em 2021) e serviços de *remarketing* R$ 1.759 (R$ 2.029 em 2021) e outros prestadores de serviços.

(c) Referem-se substancialmente a serviços de promoções e relações públicas, no montante de R$ 5.756 (R$ 2.261 em 2021) e outros prestadores de serviços no montante de R$ 731 (R$ 601 em 2021).

15. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	1º semestre de 2022	1º semestre de 2021
Outras rendas operacionais (a)	7.322	6.348
Recuperação de encargos e despesas	963	80
Total	8.285	6.428

(a) Referem-se substancialmente à recuperação de custas com assessoria de cobrança.

16. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	1º semestre de 2022	1º semestre de 2021
Despesas com provisão para contingências (a)	(2.482)	(5.901)
Despesas de vistorias de bens financiados	(114)	(119)
Outras despesas operacionais	(581)	(561)
Total	(3.177)	(6.581)

(a) O valor refere-se às despesas com provisões para contingências cíveis e trabalhistas.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração) e os saldos são assim resumidos:

	1º semestre de 2022		1º semestre de 2021	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Depósitos Interfinanceiros (CDB)	(35.549)	(16.937)	(132.036)	(1.680)
CNH Industrial Brasil Ltda.	-	(6.898)	(115.141)	(1.490)
CNH Industrial Capital Corretora de Seguros Ltda.	(35.541)	(1.592)	(16.887)	(190)
ON-Highway Brasil Ltda.	-	(8.447)	-	-
Teksid do Brasil Ltda.	(8)	-	(8)	-
Serviços prestados	495	(2.599)	(15)	(92)
ON-Highway Brasil Ltda.	522	1.045	-	-
CNH Industrial Capital Corretora de Seguros Ltda.	-	(3.231)	-	-
FCA Rental Locadora de Automóveis Ltda.	-	(273)	-	-
FCA Chrysler Participações Brasil Ltda.	(27)	(140)	(15)	(92)
Outros créditos e obrigações	(82.746)	15.449	(77.832)	19.843
CNH Industrial Brasil Ltda.	(1.383)	(3.604)	-	(1.013)
CNH Industrial Brasil Ltda.	2.643	-	3.496	-
ON-Highway Brasil Ltda.	(4.711)	(522)	-	-
ON-Highway Brasil Ltda.	1.808	-	-	-
CNH Industrial Brasil Ltda. (a)	(67.397)	14.834	(69.509)	15.549
ON-Highway Brasil Ltda. (a)	(13.706)	4.741	(11.819)	5.307

(a) Referem-se às receitas de juros recebidas antecipadamente, conforme mencionado na Nota 7.

18. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Os benefícios de curto prazo são compostos pela remuneração fixa para cada semestre, bem como pela remuneração variável, provisionada e paga em cada exercício, e totalizaram no semestre R$ 3.024 (R$ 2.605 em 2021). A Instituição não proporciona benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Adicionalmente, não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a Diretores, respectivos cônjuges e parentes até 2º grau.

19. CONTINGÊNCIAS

O Banco questiona judicialmente certas contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. Com base no atual estágio dos referidos processos, na avaliação da Administração e na opinião de seus assessores jurídicos, foram registradas as provisões em montantes considerados suficientes pela Administração, na rubrica de "Provisões contingenciais - provisões para contingências fiscais" no montante de R$ 1.246 (R$ 1.201 em dezembro de 2021), na rubrica de "Provisões contingenciais - provisões para contingências cíveis" no montante de R$ 12.712 (R$ 11.452 em dezembro de 2021) e "Provisões contingenciais - fiscais e previdenciárias - provisão para contingências trabalhistas", no montante de R$ 8.111 (R$ 8.904 em dezembro de 2021).

Provisões para contingências fiscais

O Banco CNH Industrial Capital S.A. vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. As principais ações referem-se a:

- O Banco possui provisionado o montante de R$ 1.246 decorrentes de recebimento referente à restituição da COFINS (Lei nº 9.718/98, artigo 3º). A avaliação dos assessores legais do Banco resultou em uma provável perda, visto que o tema depende de apreciação do STF.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizam R$ 57.488, sendo o seguinte processo:

Pagamento de juros sobre o capital próprio. A Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração sobre a glosa dos juros sobre o capital próprio dos anos calendários de 2010, 2011 e 2012 lançados no ano-calendário de 2013. O Banco apresentou tempestivamente defesa administrativa, a qual está pendente de decisão.

Provisões para contingências trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R$ 8.111 (R$ 8.904 em dezembro de 2021) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - diversos - provisão para contingências trabalhistas".

Provisões para contingências cíveis

São ações judiciais movidas de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano moral, referentes a protesto e inserção de informação sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R$ 12.712 (R$ 11.452 em dezembro de 2021) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - diversos - provisão para contingências cíveis".

Movimentação das provisões

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo final em 31/12/2021	1.201	8.904	11.452	21.557
Constituição / Reversão	45	467	2.014	2.526
Atualização monetária	-	-	-	-
Baixas por pagamento	-	(1.260)	(754)	(2.014)
Saldo final em 30/06/2022	1.246	8.111	12.712	22.069

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os principais riscos relacionados aos negócios são risco de crédito, de mercado, de liquidez e risco operacional, abaixo definidos:

- Risco de crédito: possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.
- Risco de mercado: relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do país, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados.
- Risco de liquidez: relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira do Banco, em obter recursos para honrar seus compromissos.

Visando à eliminação de parte do risco de oscilações de taxas de juros ocasionadas, em virtude de um cenário macroeconômico instável, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de captação pós-fixadas e operando com aplicações (operações de crédito) com taxas prefixadas, o Banco realizou operações de *swaps* que permitem o controle e/ou manutenção dos *spreads* esperados nas referidas operações.

Os contratos de *swaps*, firmados com outras instituições financeiras, estão registrados na B3 S.A.

a) Instrumentos financeiros derivativos *(swap)*

	30/06/2022			
Contratos de *swaps*	Valor referencial (contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Ativos DI x Passivos Pré (*)	3.733.651	20.597	187.729	167.132
Total	3.733.651	20.597	187.729	167.132

	31/12/2021			
Contratos de *swaps*	Valor referencial (contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Ativos DI x Passivos Pré (*)	3.062.651	(61.913)	78.423	140.336
Total	3.062.651	(61.913)	78.423	140.336

(*) Instrumento financeiro classificado como *hedge* de fluxo de caixa, tendo a variação da marcação de mercado contabilizada diretamente no patrimônio líquido.

O valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registrados na conta da "Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos" no patrimônio líquido, bem como o reflexo financeiro das principais transações e compromissos futuros objeto de *hedge* possuem as seguintes faixas de vencimento:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros:				
30/06/2022	57.054	120.905	9.770	187.729
31/12/2021	785	77.922	(284)	78.423

O Banco tem como política a utilização de instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, com o intuito de *hedge*.

O Banco, seguindo as práticas de mercado, capta recursos a taxas pré e pós-fixadas e as aplica, em parte, a taxas prefixadas. Com o objetivo de mitigar as variações nos fluxos de caixa futuro associados ao passivo pós-fixado devido às mudanças nas taxas de juros, o Banco contratou operações de "*swap"* de taxas de juros em que é pago o valor nocional corrigido por uma taxa de juros fixa e recebe o valor nocional corrigido por uma taxa de juros variável mitigando, assim, risco de taxa de juros do item objeto de *hedge*.

Dessa forma, os instrumentos financeiros derivativos relativos às operações de "*swap*" visam realizar o "*matching*" da carteira, imunizando o caixa e o resultado econômico contra variações inesperadas no custo das captações pós-fixadas.

A efetividade do item objeto de *hedge* em relação ao instrumento financeiro derivativo é testada prospectivamente e retrospectivamente, sendo que a parcela não efetiva, quando aplicável é apropriada diretamente ao resultado.

Os controles de risco e exposição utilizam como instrumento a análise de "*duration gap's*" e "*interest rate*" (mensurado através das metodologias ΔEVE - *Delta Economic Value of Equity* e ΔNII - *Delta Net Interest Income*). Quando o *gap* ultrapassa os limites definidos na Política de Gestão de Risco de Taxas de Juros adotada pelas empresas do Grupo CNH Industrial, novas operações de derivativos são contratadas e/ou revertidas. O acompanhamento sobre os indexadores e seus volumes é realizado diariamente, visando enquadramento na política de risco de mercado adotada pelo Banco.

Os instrumentos derivativos financeiros são marcados a mercado diariamente e por ocasião do fechamento dos balancetes mensais, sempre com observância à sua efetividade. O ajuste do valor justo destes instrumentos é registrado contra o patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, em razão de sua classificação como *hedge* de fluxo de caixa.

b) Movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários

A seguir são apresentados os saldos de reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários constituídos no patrimônio líquido:

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo da reserva do valor justo no final do exercício	167.132	140.336
Efeitos de imposto de renda e contribuição social	(75.322)	(63.151)
Ajuste de avaliação patrimonial	91.810	77.185

As perdas lançadas no resultado decorrem da liquidação das operações de instrumentos financeiros, mas não pela ausência de efetividade do instrumento de *hedge* no intervalo estabelecido na política de proteção do Banco.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Resumo das operações de *swap* em aberto na data de 30 de junho de 2022

Descrição	Valor referencial	Valor justo
Posição ativa - *hedge* de fluxo de caixa		
Taxa 100,00% CDI	3.733.651	4.007.128
Total	3.733.651	4.007.128
Posição passiva - *hedge* de fluxo de caixa		
Taxa pré	3.733.651	3.819.399
Total	3.733.651	3.819.399
Diferencial - *hedge* de fluxo de caixa		187.729
Valor de mercado		187.729

c) Instrumentos e objetos de *hedge*

Especificação	30/06/2022				
	Valor da curva		Valor de mercado		Ajuste a valor
Instrumento de *hedge*	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**de mercado**
Swap - DI / IPCA-PRÉ	4.008.315.986	3.987.718.510	4.007.128.205	3.819.398.840	187.729.365
Item objeto de *hedge*	**Valor da curva**		**Valor de mercado**		
CDB / LCA / DPGE / LF / CDI		4.047.095.832		4.047.100.796	(4.964)

* O teste de efetividade do item objeto de *hedge* em relação ao instrumento financeiro derivativo mostrou-se efetivo.

Especificação	31/12/2021				
	Valor da curva		Valor de mercado		Ajuste a valor
Instrumento de *hedge*	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**de mercado**
Swap - DI/IPCA-PRÉ	3.220.206.752	3.282.119.130	3.233.651.137	3.155.227.796	78.423.341
Item objeto de *hedge*	**Valor da curva**		**Valor de mercado**		
CDB / LCA / DPGE / LF / CDI		3.316.283.442		3.316.288.240	(4.797)

* O teste de efetividade do item objeto de *hedge* em relação ao instrumento financeiro derivativo mostrou-se efetivo.

21. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Classificamos os Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo utilizando a hierarquia conforme segue:

- Nível 1: as informações são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: as informações são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis, para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente.
- Nível 3: as informações são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

	30/06/2022				
	Valor	Valor justo			Diferença
	contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
ATIVOS					
Caixa e equivalentes de caixa	647.555	-	647.555	-	-
Operações de crédito e arrendamento mercantil	12.002.444	-	-	11.594.106	408.338
Títulos e créditos a receber	3.304.589	-	-	3.304.589	-
Outros ativos financeiros	240.966	-	240.966	-	-
Total	16.195.554	-	888.521	14.898.696	408.338
PASSIVOS					
Depósitos interfinanceiros	2.514.761	-	2.462.772	-	51.989
Depósitos a prazo	2.375.676	-	2.522.857	-	(147.181)
Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio	1.332.568	-	1.304.316	-	28.252
Obrigação por emissão de letras financeiras	2.321.796	-	2.468.180	-	(146.384)
Repasses do país - instituições oficiais	5.173.724	-	4.502.843	-	670.881
Instrumentos financeiros derivativos	10.955	10.955	-	-	-
Outros passivos financeiros	42.282	-	42.282	-	-
Total	13.771.762	10.955	13.303.250	-	457.557

	31/12/2021				
	Valor	Valor justo			Diferença
	contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
ATIVOS					
Caixa e equivalentes de caixa	601.451	-	601.451	-	-
Operações de crédito e arrendamento mercantil	11.290.063	-	-	11.073.578	216.485
Titulos e créditos a receber	2.628.772	-	-	2.628.772	-
Outros ativos financeiros	169.273	-	169.273	-	-
Total	14.689.559	-	770.724	13.702.350	216.485
PASSIVOS					
Depósitos interfinanceiros	2.281.896	-	2.296.091	-	(14.195)
Depósitos a prazo	1.758.663	-	1.746.718	-	11.945
Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio	1.184.734	-	1.167.636	-	17.098
Obrigação por emissão de letras financeiras	1.294.464	-	1.323.435	-	(28.971)
Repasses do país - instituições oficiais	5.877.153	-	5.308.936	-	568.217
Instrumentos financeiros derivativos	28.894	28.894	-	-	-
Outros passivos financeiros	34.456	-	34.456	-	-
Total	12.460.260	28.894	11.877.272	-	554.094

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) **Caixa e equivalentes de caixa -** compreende disponibilidades em caixa e depósitos bancários à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até 3 (três) meses e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

b) **Operações de crédito e títulos e créditos a receber -** O valor justo foi estimado com base no valor futuro dos portfólios de crédito e aplicado taxa de desconto composta por custo de captação e *spread*, conforme detalhado abaixo:
- Custo da captação das operações não BNDES: representado pelo % do CDI aplicado sobre a curva de juros futuros extraída da B3 referente à data-base das Demonstrações Financeiras no vértice correspondente ao prazo médio desse portfólio;
- Custo da captação das operações BNDES: como aproximadamente 90% das operações de crédito do BNDES são indexadas à taxa prefixada, para efeitos de marcação a mercado será utilizada a curva de juros futuros extraída da B3 referente à data-base das Demonstrações Financeiras no vértice correspondente ao prazo médio desse portfólio;
- *Spread* da Operação: abrange impostos, provisão para risco de crédito, despesas operacionais e administrativas e a margem definida nos Comitês de Precificação.

Para instrumentos financeiros representados por contas a receber de curto prazo, para quais o valor presente dos fluxos de caixas futuros não difere significativamente do valor contábil, presumimos que o valor contábil é uma estimativa confiável do valor justo.

c) **Ativos e passivos financeiros -** Ativos e passivos financeiros são incialmente reconhecidos ao valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

d) **Depósitos interfinanceiros -** As transações praticadas interfinanceiras são rotativas, não permanecendo no passivo, assim representa um valor justo da operação e próximo de seu valor contábil.

e) **Depósitos a prazo -** O valor justo dos depósitos a prazo prefixados foi estimado com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros que o Banco oferece na data do balanço. Por tratar-se de dados não observáveis de mercado, esta operação está inserida no nível 3 na classificação da hierarquia do valor justo.

f) **Obrigação por emissão de letras imobiliárias, letras de crédito do agronegócio e letras financeiras -** foram estimados com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros que oferecemos da data do balanço.

g) **Repasses do país - instituições oficiais -** os valores justos foram calculados mediante os fluxos de caixa descontados pelas taxas médias de *funding* do portfólio.

h) **Instrumentos financeiros derivativos -** têm seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado divulgados pela B3 na data do balanço.

Análise de sensibilidade

Em 30 de junho de 2022

Cenário em alta				Valorização		
				I	II	III
Operação	**Risco de variação em:**	**Valor-base:**	**Cenário-base:**	**1%**	**25%**	**50%**
Operações de crédito	Índice IPCA	227.813	5,45	12.540	15.520	18.624
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	2.100.066	13,15	278.920	345.198	414.238
Depósitos a prazo	Índice DI	2.175.350	13,15	288.919	357.573	429.088
Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio	Índice DI	493.057	13,15	65.485	81.046	97.255
Obrigação por emissão de letras financeiras	Índice DI	2.145.605	13,15	284.969	352.684	423.221
Repasses do país - instituições oficiais	Índice IPCA	222.036	5,45	12.222	15.126	18.151
Instrumentos financeiros derivativos	Índice DI	10.955	13,15	1.455	1.801	2.161
Efeito líquido				944.510	1.168.948	1.402.738

Cenário em baixa				Deterioração		
				I	II	III
Operação	**Risco de variação em:**	**Valor-base:**	**Cenário-base:**	**1%**	**25%**	**50%**
Operações de crédito	Índice IPCA	227.813	5,45	(12.540)	(15.520)	(18.624)
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	2.100.066	13,15	(278.920)	(345.198)	(414.238)
Depósitos a prazo	Índice DI	2.175.350	13,15	(288.919)	(357.573)	(429.088)
Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio	Índice DI	493.057	13,15	(65.485)	(81.046)	(97.255)
Obrigação por emissão de letras financeiras	Índice DI	2.145.605	13,15	(284.969)	(352.684)	(423.221)
Repasses do país - instituições oficiais	Índice IPCA	222.036	5,45	(12.222)	(15.126)	(18.151)
Instrumentos financeiros derivativos	Índice DI	10.955	13,15	(1.455)	(1.801)	(2.161)
Efeito líquido				(944.510)	(1.168.948)	(1.402.738)

Em 31 de dezembro de 2021

Cenário em alta				Valorização		
				I	II	III
Operação	**Risco de variação em:**	**Valor-base:**	**Cenário-base:**	**1%**	**25%**	**50%**
Operações de crédito	Índice IPCA	79.522	5,07	4.072	5.040	6.048
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	1.885.114	9,15	174.213	215.610	258.732
Depósitos a prazo	Índice DI	1.375.207	9,15	127.090	157.289	188.747
Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio	Índice DI	263.423	9,15	24.344	30.129	36.155
Obrigação por emissão de letras financeiras	Índice DI	1.264.570	9,15	116.865	144.635	173.562
Repasses do país - instituições oficiais	Índice IPCA	78.285	5,07	4.009	4.961	5.954
Instrumentos financeiros derivativos	Índice DI	28.894	9,15	2.670	3.305	3.966
Efeito líquido				453.263	560.969	673.164

Cenário em baixa				Deterioração		
				I	II	III
Operação	**Risco de variação em:**	**Valor-base:**	**Cenário-base:**	**1%**	**25%**	**50%**
Operações de crédito	Índice IPCA	79.522	5,07	(4.072)	(5.040)	(6.048)
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	1.885.114	9,15	(174.213)	(215.610)	(258.732)
Depósitos a prazo	Índice DI	1.375.207	9,15	(127.090)	(157.289)	(188.747)
Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio	Índice DI	263.423	9,15	(24.344)	(30.129)	(36.155)
Obrigação por emissão de letras financeiras	Índice DI	1.264.570	9,15	(116.865)	(144.635)	(173.562)
Repasses do país - instituições oficiais	Índice IPCA	78.285	5,07	(4.009)	(4.961)	(5.954)
Instrumentos financeiros derivativos	Índice DI	28.894	9,15	(2.670)	(3.305)	(3.966)
Efeito líquido				(453.263)	(560.969)	(673.164)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de junho de 2022, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice.

Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

- Cenário I: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto-base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices / prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano.
- Cenário II: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano.
- Cenário III: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15% ao ano ou 5% ao ano.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (II) e (III) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de *stress*, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

O Banco CNH Industrial utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre indexadores e prazos de suas carteiras.

Os cenários demonstram a exposição dos instrumentos financeiros com base na aplicação da taxa CDI média anual divulgados pela B3 para os meses de junho de 2022 e dezembro de 2021, considerando para efeito líquido dessa análise, o prazo de 12 meses, e para as operações indexadas pelo IPCA, o índice divulgado pelo IBGE em junho de 2022 e dezembro 2021.

22. RESULTADO NÃO RECORRENTE REGULATÓRIO

Apresentação do Resultado não Recorrente Regulatório do Banco CNH Industrial, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020:

	01/06/2022 a 30/06/2022	01/06/2021 a 30/06/2021
Resultado não recorrente regulatório		
Crédito tributário majoração alíquota da CS (a)(b)	636	3.805
Reversão de provisão vale-refeição (c)	-	(1.577)
Doações	-	-

a) Reconhecimento de Créditos Tributários sobre Majoração da alíquota de Contribuição Social sobre Lucro (CSLL), de 20% para 21%, nos termos do Artigo 1º da Medida Provisória nº 1.115, de 28 de abril de 2022, que resultou impacto direto nas linhas de despesas de CSLL.

b) Reconhecimento de Créditos Tributários sobre Majoração da alíquota de Contribuição Social sobre Lucro (CSLL), de 20% para 25%, nos termos da Lei nº 14.183 de 14 de julho 2021, que resultou impacto direto nas linhas de despesas de CSLL.

c) Reversão de provisão referente ganho do processo de vale-refeição junto ao Tribunal Regional.

23. LIMITES OPERACIONAIS

O CMN (Conselho Monetário Nacional) através da Resolução nº 4.193/13, instituiu a forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com efeito, a partir de 1º de julho de 2008. O índice de Basileia para 30 de junho de 2022 é 11,53% (14,23% em 2021). A redução no índice de Basileia foi basicamente aumento no portfólio ponderado (RWA) no exercício de 2022. O Banco possui Patrimônio de Referência (PR) de 3,53% acima do mínimo exigido (8,00%).

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Banco realizou aumento do capital social, no montante de R$ 107.230 através de emissão de 107.230.000 ações ordinárias nominativas de R$ 1,00 cada, que foram distribuídas proporcionalmente à participação de cada acionista da Companhia, conforme descrito na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2022. O valor está registrado no patrimônio líquido do Banco, como aumento de capital até a homologação do Banco Central do Brasil.

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75
Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Ouvidoria: 0800 702 7041

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ODDONE INCISA – Presidente
VILMAR FISTAROL – Membro
ELIAS MENDES – Membro
BIANCA BELOTTI – Membro
HEBERSON GOES – Membro

DIRETORIA

HEBERSON GOES – Presidente
DIOGO BIZINELLI – Diretor, Responsável pela contabilidade
JUCIVALDO FEITOSA – Diretor
MARCIO CONTRERAS – Diretor
REGIANNE VASSÃO – Diretora
CARLOS BERNARDIS – Diretor
MARCELO DALCUCHE – Diretor

COMITÊ DE AUDITORIA

DIOGO BIZINELLI – Presidente
HEBERSON GOES – Membro
JUCIVALDO FEITOSA – Membro
REGIANNE VASSÃO – Membro

CONTADORA

JANE BRAZ
CRC PR-038616/O

COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

TELMA CRACCO – Presidente
HEBERSON GOES – Membro
BRUNO NOGUEIRA – Membro
RAFAEL PIMENTA – Membro

COMITÊ DE RISCOS

ELIAS MENDES – Presidente
CHRISTIAN ROSSI – Membro
HEBERSON GOES – Membro
CARLOS BERNARDIS – Membro

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução
O Comitê de Auditoria do Banco CNH Industrial Capital S.A., composto pelos membros nomeados pelo Conselho de Administração, é o órgão estatutário responsável por: (i) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos.
Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas das principais áreas do Banco, da auditoria interna e auditoria independente.
O Comitê de Riscos avalia e supervisiona a aderência às políticas e estratégias de gestão de riscos, assim como propõe alterações quando necessárias.
A área contábil do Banco CNH Industrial Capital S.A. é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.
A auditoria interna é responsável por identificar e avaliar os principais riscos a que está exposto o Banco CNH Industrial Capital S.A. em suas operações, bem como analisar os controles utilizados na mitigação desses riscos. É de sua competência, também, verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem as operações auditadas.
A área de Controles Internos atua visando garantir o adequado ambiente de Controles Internos na organização e as de *Compliance* e BNDES e Produtos acompanham a publicação de normas para avaliar possíveis desdobramentos para a Instituição.
A Ouvidoria atua de forma a assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e como canal de comunicação entre a Instituição e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.
A Ernst & Young Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A., e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Principais Atividades
Neste semestre foram realizadas reuniões obedecendo a um cronograma previamente estabelecido com a participação de representantes das áreas financeira/contábil, controles internos e *compliance*, auditorias interna e independente. Os assuntos tratados nas reuniões foram registrados em atas, e fazem parte deste relatório em sua versão completa.
Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados aos sistemas de controles internos, aspectos contábeis, provisões, contingências, além de recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.
Manteve diálogo com as equipes de auditorias interna e independente, oportunidades em que verificou o cumprimento dos seus planejamentos, conheceu o resultado dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.
O Comitê de Auditoria revisou os Relatórios da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e discutiu com a Auditoria Independente os resultados de seus trabalhos.
Conclusão
Assim, com base nas informações recebidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:
Os sistemas de controles internos são adequados ao porte e à complexidade dos negócios do Banco CNH Industrial Capital S.A. e objeto de permanente atenção por parte da Administração;
A Auditoria Interna é efetiva, independente e responde adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria.
A Auditoria Independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência.
As demonstrações contábeis de 30/06/2022 do Banco CNH Industrial Capital S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data. Por estas razões o Comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras.

Curitiba, 17 de agosto de 2022.
Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do **Banco CNH Industrial Capital S.A. -** Curitiba - Paraná

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.
Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
Conforme divulgado na nota explicativa n° 6 às demonstrações financeiras, em 30 de junho de 2022, o saldo bruto de operações de crédito era de R$ 15.307.033 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R$ 473.043 mil. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2022, o Banco registrou receita com operações de crédito no montante de R$ 656.794 mil e reversão de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R$ 46.734 mil.
Consideramos esse um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento significativo aplicado pela diretoria em relação à atribuição de "*ratings*" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico, conforme Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.
Como nossa auditoria conduziu o assunto:
Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "*rating*" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.
Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos *ratings* atribuídos, confirmação de existência de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis.
Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Ambiente de tecnologia da informação
As operações do Banco dependem do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um componente relevante no nosso escopo e, consequentemente, entendemos ser um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.
Como nossa auditoria conduziu o assunto:
No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia da informação para nos auxiliar na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes, no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.
Nossos testes no desenho e operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaborada sob responsabilidade da diretoria do Banco, e apresentada como informação suplementar pelas políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Fornecemos também, aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de agosto de 2022.

EY Building a better working world
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Fabricio Aparecido Pimenta
Contador CRC-1SP241659/O-9